



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR DO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RE 1.276.977/DF (5022146-41.2014.4.04.7200)

Embargante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Embargado: Vanderlei Martins de Medeiros

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, aqui representado pela Procuradora-Geral Federal, vem, com base no artigo 1.022, II, do CPC, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** ao respeitável acórdão publicado em 13.04.2023, que negou provimento ao Recurso Extraordinário interposto pelo INSS e firmou a tese com repercussão geral do Tema 1.102, pelas razões que adiante seguem.

I. Da necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao recurso (art. 1.026, § 1º, CPC)

1. Primeiramente, o INSS pede a **suspensão liminar da eficácia do r. acórdão embargado**, pois estão presentes tanto a probabilidade de provimento do recurso quanto o risco de grave dano no caso, sendo que qualquer deles basta para justificar o recebimento dos embargos de declaração com efeito suspensivo (art. 1.026, § 1º, CPC).

2. É ponto pacífico na jurisprudência o entendimento de que a natureza do acórdão que julga embargos de declaração é integrativa:

Registre-se o cabimento dos embargos declaratórios contra toda e qualquer decisão, ainda que apontada como irrecurável, em norma legal. É que **têm como objeto a integração do que decidido**, o aperfeiçoamento da entrega



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

da prestação jurisdicional pelo Estado-juiz. (STF, EDcl no AI 253493/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, decisão monocrática em 05.06.00, DJ de 15.08.2000)

3. Isso quer dizer que a decisão proferida no julgamento dos embargos de declaração é parte integrante da decisão embargada. No caso, em que a decisão embargada é um acórdão em Recurso Extraordinário repetitivo, é absolutamente recomendável a **manutenção do sobrestamento de todos os processos sobre o tema até uma decisão definitiva do STF sobre os pontos abordados nos embargos de declaração**. De outra forma, pode ocorrer uma oscilação de efeitos que compromete diretamente a segurança jurídica. Além disso, o r. acórdão embargado é precedente vinculante, pois decidiu tema de repercussão geral, nos termos do art. 927, III, CPC. Nesse sentido, todos os Juízes e Tribunais do país têm o dever de observar o que for decidido no presente Tema 1.102.

4. O **risco de grave dano** resulta do grande número de processos que retomará seu tramite normal. Muitos deles já tiveram acórdão proferido pelos Tribunais Regionais Federais, o que permitirá a execução provisória dos julgados. Alguns tribunais, a exemplo do TRF da 4ª Região, têm determinado a implantação imediata da revisão sem aguardar o trânsito em julgado.

5. **O volume de pessoas que podem eventualmente pleitear a revisão sem a correta delimitação do sentido e do alcance da tese firmada com a necessária integração do julgamento dos embargos de declaração é enorme**, pois no período que vai de 26.11.1999 (Lei n. 9.876) a 12.11.2019 (EC n. 103) - vinte anos - o INSS concedeu 88.307.929 (oitenta e oito milhões, trezentos e sete mil e novecentos e vinte e nove) benefícios¹, nem todos alcançados pela tese firmada na presente repercussão geral, o que ficará mais claro a partir do julgamento dos embargos de declaração ora interpostos.

6. Nesse contexto, os embargos de declaração irão funcionar como mecanismo voltado ao aperfeiçoamento do precedente, esclarecendo seu conteúdo, seu sentido, o alcance de sua 'tese jurídica' e sua *ratio decidendi*, fatores indispensáveis para fins da correta aplicação do entendimento, conforme demonstrado adiante. Isso tudo, caso superada a questão preliminar

¹ Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social, Volumes 12 e 28, Nº 01.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

suscitada no item 2, *infra*. Aliás, o potencial efeito infringente pleiteado no referido item apenas reforça a necessidade de suspensão e não aplicação da tese até o julgamento do presente recurso.

7. Há o risco, com este cenário, de colapso no atendimento dos segurados pelo INSS, em razão do incremento exponencial do número de pedidos de revisão, o que naturalmente ocorrerá devido à grande repercussão do tema na mídia. Diante desse quadro, vê-se que **a aplicação imediata da tese formulada no r. acórdão embargado antes de tornar-se definitiva pode: (a) levar a pagamentos indevidos (mensais e atrasados); e (b) extrapolar a capacidade de atendimento do INSS ou, no mínimo, causar um enorme retrabalho**, consistente em revisões e deferimentos na forma do acórdão embargado com necessidade posterior de nova revisão para adequação ao entendimento que venha a ser firmado no julgamento destes embargos de declaração.

8. Quanto à **probabilidade de provimento do recurso**, sua demonstração se confunde com o mérito destes embargos, que se passa a expor nos tópicos a seguir.

II. Falta de decisão quanto à nulidade do acórdão recorrido por inobservância ao art. 97 da CF/88 (reserva de plenário)

9. O INSS interpôs o Recurso Extraordinário contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça, que fixou a seguinte tese em Recurso Especial repetitivo:

Aplica-se a regra definitiva prevista no art. 29, I e II da Lei 8.213/1991, na apuração do salário-de-benefício, quando mais favorável do que a regra de transição contida no art. 30. da Lei 9.876/1999, aos Segurado que ingressaram no Regime Geral da Previdência Social até o dia anterior à publicação da Lei 9.876/1999. (STJ, RESP 1.554.596, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, 1ª Seção, unânime, julg. 11/12/2019)

10. No Recurso Extraordinário, o INSS sustentou que o acórdão do C. STJ teria violado a **cláusula de reserva de plenário** (art. 97, CF/88), ao afastar a aplicação da regra contida no art. 3º da Lei n. 9.876/1999 por incompatibilidade com princípios constitucionais sem, contudo, suscitar incidente de inconstitucionalidade.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

11. O INSS, respeitosamente, entende que **a alegação de contrariedade ao art. 97 da Constituição não ficou decidida pelo acórdão embargado**. É certo que o voto do Relator (Min. Marco Aurélio) e de mais nove ministros trataram da questão: alguns trataram da questão para afirmar que *houve* contrariedade ao art. 97 ou que acompanhavam o voto que assim decidia, outros para afirmar que *não houve* contrariedade, e um voto não tratou do ponto e nem afirmou que estaria acompanhando outro voto. Seja como for, cinco votos não são suficientes para configurar a questão como decidida, pois não formam maioria. A fim de demonstrar o ocorrido, descreve-se abaixo a situação de cada voto:

Entenderam que o STJ não contrariou o art. 97:

- Min. Marco Aurélio (pp. 5-17)
- Min. Alexandre De Moraes (pp. 37-81)
- Min. Edson Fachin (pp. 85-93)
- Min. Cármen Lúcia (pp. 109-121)
- Min. Rosa Weber (pp. 172-188)

Entenderam que o STJ contrariou o art. 97:

- Min. Nunes Marques (pp. 20-33)
- Min. Luís Roberto Barroso (pp. 94-98)
- Min. Dias Toffoli (acompanhou expressamente a divergência, p. 106)
- Min. Gilmar Mendes (pp. 134-169)
- Min. Luiz Fux (acompanhou expressamente a divergência pp. 101-105)

Não tratou da questão nem afirmou acompanhar o relator:

- Min. Ricardo Lewandowski (pp. 122-123)

12. Como se vê, portanto, **não se formou decisão do colegiado** a respeito dessa questão prejudicial ao julgamento do mérito, que é a nulidade do acórdão recorrido, do STJ, em razão da inobservância da reserva de plenário (art. 97, CF/88). Não seria correto pensar que, havendo decisão sobre o mérito, presumir-se-ia afastada a prejudicial. Isso seria admitir “decisão implícita”, sabendo que verdadeiras decisões jamais podem ser implícitas, especialmente porque precisam ser fundamentadas, sob pena de nulidade, conforme garante a CF/88 (art. 93, IX).



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

13. Demonstrada a omissão do acórdão, deve ela ser sanada mediante pronunciamento do próprio colegiado, no julgamento destes embargos.

III. Omissão a respeito da decadência e da prescrição

14. Ao julgar os REsp n. 1554596/SC e n. 1596203/PR pelo rito dos recursos repetitivos previsto no art. 1.036 e seguintes do CPC (Tema 999), o C. Superior Tribunal de Justiça firmou a tese no sentido de possibilitar a aplicação da *“regra definitiva prevista no art. 29, I e II da Lei 8.213/1991, na apuração do salário de benefício, quando mais favorável do que a regra de transição contida no art. 30. da Lei 9.876/1999, aos Segurados que ingressaram no Regime Geral da Previdência Social até o dia anterior à publicação da Lei 9.876/1999.”* Entretanto, ressaltou a necessidade de observância dos prazos prescricionais e decadenciais, conforme se constata no item 7 da ementa do acórdão proferido no REsp n. 1554596/SC:

“7. Desse modo, impõe-se reconhecer a possibilidade de aplicação da regra definitiva prevista no art. 29, I e II da Lei 8.213/1991, na apuração do salário de benefício, quando se revelar mais favorável do que a regra de transição contida no art. 30. da Lei 9.876/1999, respeitados os prazos prescricionais e decadenciais.

Afinal, por uma questão de racionalidade do sistema normativo, a regra de transição não pode ser mais gravosa do que a regra definitiva. [...]” (REsp n. 1.554.596/SC, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, julgado em 11/12/2019, DJe de 17/12/2019.)

15. No Voto-vista, a Min. Assusete Magalhães expressamente destacou que:

(...) para aqueles que reuniram as condições para o benefício posteriormente à vigência da Lei 9.876, de 26/11/99, mas tiveram prejuízo no cálculo do salário-de-benefício e da renda mensal inicial do benefício, pela aplicação da regra transitória do art. 3º da aludida Lei 9.876/99, eventual pedido de revisão do benefício deverá observar os prazos de decadência e de



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

prescrição, em consonância com os precedentes desta Corte a respeito da matéria.

16. Dessa forma, observa-se que o precedente qualificado do C. Superior Tribunal de Justiça submetido a esse E. Supremo Tribunal Federal em sede de recurso extraordinário ressaltou a necessidade de observar os prazos prescricionais e decadenciais em sua aplicação.

17. No entanto, em nenhum de seus oito itens, o r. acórdão embargado abordou a incidência da decadência decenal e da prescrição quinquenal, restando omissis quanto ao ponto, muito embora a incidência da decadência tenha sido reafirmada pelos Ministros dessa Corte, a exemplos dos votos do Ministro Gilmar Mendes e da Ministra Rosa Weber, cujos trechos transcreve-se abaixo:

Ministro Gilmar Mendes

“Li também com atenção os documentos trazidos pela Previdência Social, que faz cálculos sobre a repercussão financeira de uma eventual decisão do Supremo Tribunal Federal, que talvez não leve em conta a própria jurisprudência firmada pelo Supremo quanto à possibilidade de revisão do ato de concessão de benefício **ou decadência, quando nós assentamos - relatoria do Ministro Barroso - que é legítima a instituição de prazo decadencial de 10 anos para revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica**, no interesse de evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. **Isso significa que aqueles segurados que tenham obtido benefício previdenciário antes de 2012, contado da presente data, caso ainda não tenham ingressado judicialmente, não poderão mais fazê-lo diante do decurso do lapso decadencial.** Isso precisa ser levado em conta”. (p. 124)

(...)

“Segunda: a avaliação da referida nota técnica acerca do impacto “considerou as concessões a partir de 2009” até 2029 (termo ad quem travado em **dez anos do prazo decadencial** para os benefícios previdenciários, cujos requisitos tenham sido implementados até 2019, por força da alteração da Emenda



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

Constitucional 103/2019, acima visto)”. (p. 165)

(...)

“Ademais, e importante registrar alguns pontos para centralização do debate: para rediscutir a renda mensal inicial, **esta Corte já decidiu pela constitucionalidade do prazo decadencial decenal, introduzido no art. 103 da Lei 8.213/1991**, no tema 313 da sistemática da repercussão geral, a saber:” (p. 166)

(...)

“Portanto, estamos tratando de quem percebeu qualquer benefício previdenciário depois de 2012 até 2019 (**7 anos, com observância da prescrição de 5 anos**) ou que tenha ingressado judicialmente em data anterior ao presente julgamento, **desde que respeitado o citado prazo decadencial**”. (p. 167)

Ministra Rosa Weber

“Essa e a compreensão que, aliás, já foi sufragada por esta Casa, ao julgamento do RE no 630.501, paradigma do tema no 334 da repercussão geral, em que se assentou a seguinte tese: “Para o cálculo da renda mensal inicial, cumpre observar o quadro mais favorável ao beneficiário, pouco importando o decurso remuneratório ocorrido em data posterior ao implemento das condições legais para a aposentadoria, respeitadas a **decadência** do direito à revisão e a **prescrição** quanto às prestações vencidas”. (p. 184)

(grifos do Embargante)

18. Como destacado pelo Min. Gilmar Mendes, essa Corte Suprema, ao julgar o RE 626.489/SG (Tema 313), de Relatoria do Min. Roberto Barroso, afirmou a constitucionalidade da “*instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário*”.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

19. Esse entendimento foi reiterado no julgamento da ADI 6.096/DF, relatada pelo E. Ministro Edson Fachin, como se observa no item 6 da ementa do acórdão:

6. O núcleo essencial do direito fundamental à previdência social é imprescritível, irrenunciável e indisponível, motivo pelo qual não deve ser afetada pelos efeitos do tempo e da inércia de seu titular a pretensão relativa ao direito ao recebimento de benefício previdenciário. **Este Supremo Tribunal Federal, no RE 626.489, de relatoria do i. Min. Roberto Barroso, admitiu a instituição de prazo decadencial para a revisão do ato concessório porque atingida tão somente a pretensão de rediscutir a graduação pecuniária do benefício, isto é, a forma de cálculo ou o valor final da prestação, já que, concedida a pretensão que visa ao recebimento do benefício, encontra-se preservado o próprio fundo do direito.** (grifos do Embargante)

20. Dessa forma, **nos termos da ADI 6.096/DF, deve-se observar o prazo de 10 (dez) anos para revisão do ato de concessão do benefício previdenciário, contados do dia primeiro do mês subsequente ao do recebimento da primeira prestação**, nos termos do art. 103 da Lei n. 8.213/1991, com redação dada pela Lei n. 13.846/2019.

Art. 103. O prazo de decadência do direito ou da ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão, indeferimento, cancelamento ou cessação de benefício e do ato de deferimento, indeferimento ou não concessão de revisão de benefício é de 10 (dez) anos, contado:

I - do dia primeiro do mês subsequente ao do recebimento da primeira prestação ou da data em que a prestação deveria ter sido paga com o valor revisto; ou

II - do dia em que o segurado tomar conhecimento da decisão de indeferimento, cancelamento ou cessação do seu pedido de benefício ou da decisão de deferimento ou indeferimento de revisão de benefício, no âmbito administrativo.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

Parágrafo único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

21. Logo, não restam dúvidas de que, para os benefícios já concedidos, a aplicação da tese firmada por esta E. Corte Suprema importaria em **revisão do ato concessório para rediscutir a graduação pecuniária do benefício, isto é, a forma de cálculo ou o valor final da prestação, razão pela qual tem incidência o prazo decadencial.**

22. Enfim, importa destacar que a omissão quanto às possibilidades de revisão do benefício nos termos do Tema 1.102 pode levar ao ajuizamento de milhares de ações rediscutindo a possibilidade de revisão, mesmo após escoado o prazo decenal do art. 103 da Lei n. 8.213/1991, como já tem sido aventado em publicações de sites jurídicos de grande alcance:

Migalhas: *“Revisão da vida toda” com mais de 10 anos – Inaplicabilidade da decadência.*”

Fonte: <https://www.migalhas.com.br/amp/depeso/384140/revisao-da-vida-toda-com-mais-de-10-anos>

Jus.com.br: *“Não incidência do prazo decadencial de 10 anos nas ações denominadas de revisão da vida toda”*

Fonte: <https://jus.com.br/artigos/97827/nao-incidencia-do-prazo-decadencial-de-10-anos-nas-acoes-denominadas-de-revisao-da-vida-toda>

Consultor Jurídico: *“Revisão da vida toda” com mais de dez anos: inaplicabilidade da decadência”*

Fonte: <https://www.conjur.com.br/2023-abr-13/perisson-andrade-revisao-vida-toda-dez-anos?imprimir=1>



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

23. Dessa forma, considerando a expressa consignação da incidência da **decadência** e **prescrição** no item 7 do acórdão do Tema 999 do STJ, que não foi alvo de recurso pelo segurado, assim como pela reafirmação da sua incidência pelo STF, conforme trechos dos votos dos Ministros Gilmar Mendes e Rosa Weber citados acima, merece ser suprida a omissão do v. acórdão.

IV. Omissão sobre o divisor mínimo de 60% do Período Básico de Cálculo (PBC)

24. A tese adotada pelo r. acórdão embargado tem efeitos sobre outras normas estabelecidas pelas Leis n. 9.876/1999 e n. 8.213/1991, pois todas fazem parte de um conjunto coerente que trata do cálculo do salário-de-benefício (SB) e da renda mensal inicial (RMI). É preciso compatibilizá-las, caso contrário a judicialização das questões derivadas poderá abarrotar o Judiciário, com prejuízo para toda a sociedade.

25. O INSS, com base no art. 20 da LINDB, respeitosamente, considera uma omissão não terem sido abordados os reflexos práticos da tese adotada na interação com as demais normas que regem do salário-de-benefício.

26. Um dos reflexos mais evidentes é dar margem para que segurados **que não tiveram as melhores contribuições antes de julho/1994** se utilizem indevidamente da tese, contrariando a *ratio decidendi* do acórdão.

27. A tese adotada pelo acórdão embargado está inteiramente baseada na ideia de que a **regra é prejudicial para o segurado que realizou melhores contribuições antes de julho de 1994**, pois resulta em um menor benefício. O Tribunal entendeu que não se poderia admitir que, tendo o segurado vertido melhores contribuições antes de julho de 1994, tais pagamentos fossem simplesmente descartados no momento da concessão do benefício. Ocorre que há situação na qual, mesmo com as piores contribuições localizadas no período anterior a julho/1994, o ‘segurado antigo’ (filiado antes da Lei n. 9.876/1999) consegue obter benefício de valor mais elevado que aquele resultante das regras que a lei estabelece para ele (“o segurado filiado à Previdência Social até o dia anterior à data de publicação desta Lei”).



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

28. Isso decorre do potencial afastamento tácito do divisor mínimo de 60% do PBC de que trata o artigo 3º, §2º, da Lei n. 9.876/1999:

Art. 3º (...)

§2º No caso das aposentadorias de que tratam as alíneas b, c e d do inciso I do art. 18, **o divisor** considerado no cálculo da média a que se refere o caput e o § 1 **não poderá ser inferior a sessenta por cento do período decorrido da competência julho de 1994 até a data de início do benefício**, limitado a cem por cento de todo o período contributivo.

29. Explica-se. **O r. acórdão embargado afirmou o direito do segurado filiado em data anterior à Lei n. 9.876/1999 que realizou melhores contribuições antes de julho de 1994 de optar pela regra dirigida aos segurados filiados em data posterior à Lei n. 9.876/1999, se mais favorável, mas não se pronunciou sobre a aplicação do divisor mínimo acima referido.**

30. É nesse ponto que ocorre uma distorção, pois **o simples afastamento do divisor mínimo pode, em alguns casos, gerar uma renda maior do que aquela em que o divisor mínimo integra o cálculo** (a regra que a lei prevê para o segurado filiado em data anterior à Lei n. 9.876/1999).

31. Em outras palavras, **há pessoas que possuem a média de salários-de-contribuição da “vida toda” com valor menor que a média dos salários-de-contribuição a partir de julho/1994, mas que, pelo afastamento do divisor mínimo no caso concreto, se beneficiariam da tese do acórdão embargado.**

32. Suponha-se que um segurado possua uma média aritmética simples dos salários-de-contribuição corrigidos desde julho/1994 no valor de R\$ 4.000,00. Ele requereu a aposentadoria em março de 2011, de modo que o seu período básico de cálculo foi de julho/1994 a março/2011 (200 meses). No entanto, ele somente possuía 108 salários-de-contribuição no período. Neste caso, o divisor mínimo será de 120 salários (60% de 200), devendo ser somados os valores dos 108 salários e dividido o total por 120, e não por 108. Daí que, embora a média atualizada seja de R\$ 4.000,00, o salário-de-benefício será de R\$ 3.600,00 (aplicação de 0,9 da média, decorrente da incidência de 108/120 sobre a média, desconsiderado aqui o fator previdenciário).



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

33. Assim, ter-se-ia situações não apreciadas pelo STF em que a “vida toda” reduz a média atualizada dos salários-de-contribuição do beneficiário, mas que a revisão é favorável pela elevação do salário-de-benefício em decorrência do afastamento do divisor mínimo de 60% do PBC, situação que não foi tratada pelo r. acórdão embargado. **Em nenhum momento o STJ ou o STF julgaram ou determinaram o afastamento do divisor mínimo de 60% de que trata o artigo 3º, §2º, da Lei n. 9.876/1999.**

34. Vale registrar que o **divisor mínimo** no cálculo salário-de-benefício das aposentadorias voluntárias é um **instituto histórico no RGPS** e que realiza o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, sendo de 24 salários-de-contribuição antes da Lei n. 9.786/1999 (revogado §1º do art. 29 da Lei n. 8.213/1991) e atualmente de 108 salários-de-contribuição com o advento da Lei n. 14.331/2022, a fim de evitar que o segurado atinja um elevado salário-de-benefício com um número pequeno de salários-de-contribuição:

Lei 8.213/1991:

Art. 29 (...)

§ 1º No caso de aposentadoria por tempo de serviço, especial ou por idade, contando o **segurado com menos de 24** (vinte e quatro) contribuições no período máximo citado, **o salário-de-benefício corresponderá a 1/24** (um vinte e quatro avos) da soma dos salários-de-contribuição apurados. [\(Revogado pela Lei nº 9.876, de 26.11.1999\)](#)

Art. 135-A. Para o segurado filiado à Previdência Social até julho de 1994, no cálculo do salário-de-benefício das aposentadorias, exceto a aposentadoria por incapacidade permanente, o **divisor** considerado no cálculo da média dos salários de contribuição não poderá ser inferior a **108 (cento e oito) meses**. [\(Incluído pela Lei nº 14.331, de 2022\)](#)”.

35. Por essas razões, o INSS sustenta que **houve omissão no acórdão e que esta pode levar a consequências imprevistas e contrárias à sua ratio decidendi**. Se a razão de afastar a regra expressa do art. 3º da Lei n. 9.876/1999 foi proporcionar aos segurados com salários-de-contribuição



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

mais elevados no período anterior a julho/1994 o direito a optar pela consideração daqueles salários-de-contribuição no cálculo de seus benefícios, não há justificativa para que aqueles que tenham salários-de-contribuição menores antes de julho/1994 também possam desconsiderar a regra imperativa do art. 3º da Lei n. 9.876/1999.

36. A fim de suprir o ponto omissis, o INSS pede o **enfrentamento expresso da questão** resultante da regra do divisor mínimo constante da Lei n. 9.876/1999, art. 3º, §2º, por meio de duas verificações, para saber se o autor tem direito à revisão prevista na tese principal:

37. Primeiro, verificar se a média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo é superior à média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento do período desde a competência julho de 1994. Se a resposta for negativa, já não terá direito à revisão, porque a verificação foi contrária à premissa do julgamento.

38. Segundo, caso a média aritmética seja maior na aplicação da regra definitiva (primeira verificação referida acima), deve ser aplicado um divisor mínimo equivalente a 60% do número de meses decorridos entre a primeira contribuição do segurado e a data da concessão do benefício, na forma da legislação regente. Uma vez estabelecido o valor da média com aplicação do divisor mínimo, quando for o caso, sobre ela aplicam-se os demais critérios legais para o cálculo da renda mensal inicial.

39. Critério similar foi adotado pelo STF no Tema 334 (direito adquirido ao melhor benefício), quando estabeleceu um momento específico para a comparação entre duas rendas, a fim de prevenir a utilização da tese em contextos sem a mesma *ratio decidendi*. A segunda ressalva é aplicável somente a quem tiver direito à revisão, pois trata de como efetua-la.

V. Da necessidade de adstrição ao pedido

40. Cumpre destacar que o caso concreto enfrentado pelo Supremo Tribunal Federal e, portanto, aquele levado em consideração para formulação da tese jurídica ao final consagrada,



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

retrata a específica situação de um segurado que ainda percebe um benefício de aposentadoria e que, portanto, ao ter reconhecido o direito à revisão incluindo os salários de contribuição anteriores a julho/1994, terá um reajuste das parcelas vindouras até o encerramento da relação jurídica continuada, pela sua morte.

41. **Esse E. STF não se manifestou sobre os potenciais impactos da tese nos demais benefícios previdenciários, em especial os temporários**, que além de em sua grande maioria já terem cessado, não foram sequer objeto de discussão quando da consagração do entendimento e formulação da tese jurídica, nada obstante esta tenha se referido a “benefício previdenciário”, da qual a “aposentadoria por tempo de contribuição” retratada no caso concreto é espécie.

42. Nesse contexto, cumpre destacar que o alcance da denominada “revisão da vida toda” para além das aposentadorias por tempo de contribuição sequer poderia ter sido enfrentada no julgamento da presente Repercussão Geral. Isso porque, **quando da edição de súmulas ou precedentes qualificados, faz-se necessária a adstrição ao caso concreto**, devendo ser observado, portanto, o princípio da congruência ou correlação quando da formação desses pronunciamentos.

43. O princípio da congruência ou correlação (art. 2º, CPC), em seu sentido clássico, impossibilita o juiz de ampliar ou modificar os contornos da pretensão do autor em sua decisão. Tal limitação é expressa no art. 141 do CPC e consiste em uma decorrência da inércia jurisdicional, segundo a qual o Poder Judiciário não age senão quando provocado e nos limites da provocação, sendo vedado ao magistrado extrapolar esses limites, julgando matéria para a qual não tenha sido provocado.

44. Portanto, o juiz, quando de seu julgamento, deve se ater aos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado, por via de consequência, conhecer de matéria ou julgar questões que não lhe foram apresentadas pelas partes interessadas.

45. A mesma lógica da inércia jurisdicional e congruência aplica-se, quiçá com mais razão, à produção de súmulas e precedentes qualificados, cabendo ao Judiciário sempre se limitar a decidir o caso concreto posto no processo selecionado como paradigma, ainda que, para tanto, tenha que formular uma “norma genérica” aplicável à situação apreciada e com aptidão para ser aplicada aos



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

outros processos que veiculem as mesmas bases fáticas.

46. O Código de Processo Civil demonstra essa preocupação de limitar a atividade do Judiciário na formação de pronunciamentos vinculantes aos fatores submetidos à sua apreciação concreta também na produção de súmulas, quando estabelece no art. 926, § 2º, que, “*ao editar enunciados de súmula, os tribunais devem ater-se às circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação*”. Essa mesma lógica aplica-se à formação de precedentes qualificados, como é o caso do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e dos recursos especial repetitivo e extraordinário com repercussão geral.

47. Nesse contexto, e considerando que os potenciais impactos da consagração do direito à revisão de outros benefícios, em especial os temporários, sequer foram – e nem poderiam ter sido – considerados e decididos pelo Supremo Tribunal Federal na presente repercussão geral, importante a limitação do alcance da tese às situações similares ao caso concreto, ou seja, às aposentadorias por tempo de contribuição.

48. Vale notar que a delimitação da tese às situações idênticas ao caso piloto e exclusão dos demais benefícios previdenciários possui o condão de excluir, de maneira concentrada e vinculante, a discussão sobre sua potencial aplicação em milhões de benefícios já cessados, conforme demonstrado acima.

49. Portanto, requer seja suprida a omissão apontada, com o reconhecimento expresso da impossibilidade de o direito à revisão alcançar outros benefícios previdenciários, em especial os temporários já pagos e cessados, quer porque configuram situações jurídicas consolidadas, protegidas pela LINDB de qualquer modificação por aplicação de novos entendimentos jurisprudenciais, quer por se tratar de situação sequer apreciada por esse Supremo Tribunal Federal quando da formulação da tese.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

VI. Omissão sobre a modulação dos efeitos da decisão

a) Da possibilidade de modulação dos efeitos da aplicação de tese firmada

50. Modular os efeitos de uma decisão é restringir os seus efeitos de forma que se apliquem apenas para o futuro ou incidam de forma mitigada sobre o passado. A finalidade da modulação é evitar que a aplicação retroativa de determinada decisão afete negativamente a segurança jurídica e a legítima confiança, o que teria reflexos nas mais diversas áreas da vida em sociedade.

51. A possibilidade de modulação está prevista no artigo 27 da Lei n. 9.868/1999 e no artigo 927, §3º, do CPC:

Art. 927. (...)

§ 3º Na hipótese de **alteração de jurisprudência dominante** do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver **modulação** dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica.

52. Há precedente no STF no sentido de modular os efeitos de uma decisão, de modo que ela beneficie com **pagamento de atrasados** apenas aqueles que vinham pleiteando o direito na via judicial ou administrativa, em **processos não encerrados**. Para os demais, que pareciam estar satisfeitos com o entendimento anterior, a tese também os beneficiaria, mas **apenas com efeitos prospectivos**.

53. As teses firmadas em sede de repercussão geral pelo STF possuem caráter normativo, geral e abstrato, pelo seu efeito vinculante para os juízes e tribunais de todo o país, que resolvem as disputas entre os jurisdicionados. Em razão dessa característica, é natural que os jurisdicionados adaptem seus comportamentos à decisão do STF, a partir de seu surgimento. Da mesma forma, os advogados orientam seus clientes a agir de acordo com precedentes de tamanha força. Neste ponto, os embargos de declaração devem cumprir esse papel integrativo, adicionando ao precedente a ‘norma de direito intertemporal aplicável’, conforme o entendimento do órgão formador do precedente.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

54. Pois bem, tendo por pressuposto que a **segurança** é um valor protegido pela Constituição (preâmbulo, art. 5º, *caput* e incisos XXXV-XXXVII, art. 103-A, § 1º, dentre outros), é preciso reconhecer que algumas espécies de entendimentos jurisprudenciais ou precedentes devem ter seus efeitos limitados pelas garantias do **direito adquirido**, do **ato jurídico perfeito** e da **coisa julgada**, tal qual as leis, pois do contrário não haverá real segurança.

55. Nessa linha foi publicada a **Lei n. 13.655/2018**, incluindo os **artigos 21, 23 e 24** ao **Decreto-Lei n. 4.657/42 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)**, com objetivo de *elevar os níveis de segurança jurídica e de eficiência na criação e aplicação do direito público e, especificamente, impedir a invalidação de atos em geral por mudança de orientação* (art. 23) e *disciplinar os efeitos da invalidação de atos em geral, para torná-los mais justos* (art. 24) (Justificativa do PLS 349/2015):

Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas.

Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

Art. 23. A decisão administrativa, controladora **ou judicial** que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, **deverá prever regime de transição** quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora **ou judicial**, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em **mudança posterior de orientação** geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

Parágrafo único. Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral **ou em jurisprudência judicial** ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público.

56. Nota-se que os dispositivos se preocupam com a proteção da confiança legítima, boa-fé e segurança jurídica e com a preservação de situações jurídicas consolidadas e atos jurídicos praticados à luz da legislação e práticas administrativas vigentes.

57. Nesse sentido, o art. 21, em seu *caput*, estabelece que a decisão deverá indicar as consequências jurídicas e administrativas da invalidação, no que é complementado pelo parágrafo único, que deixa claro que tais consequências e demais “condições para que a regularização” devem ocorrer “*de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos*”.

b) Do cabimento da modulação dos efeitos do julgado

58. **O respeitável acórdão embargado não tratou da modulação dos efeitos da nova tese de repercussão geral**, embora o caso pareça requerer tal medida. Nesse sentido, o INSS entende que houve omissão do r. acórdão, a ser sanada no julgamento destes embargos de declaração.

59. O INSS está ciente de que descabe modular pronunciamento quando ausente alteração de jurisprudência dominante, conforme o artigo 927, § 3º, do Código de Processo Civil. Contudo, alteração é exatamente o que se verifica no caso. O STJ declara expressamente que o seu



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

entendimento anterior era pela impossibilidade de opção entre as duas regras:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. APOSENTADORIA POR IDADE. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL. INCLUSÃO DE CONTRIBUIÇÕES NO PERÍODO BÁSICO DE CÁLCULO - PBC. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO BENEFÍCIO APÓS A PUBLICAÇÃO DA LEI 9.876/1999. INCIDÊNCIA DA REGRA DE TRANSIÇÃO.

(...) **Esta Corte adotou o entendimento** segundo o qual, para os segurados filiados ao RGPS até a vigência da Lei n. 9.876/99, que vieram a cumprir os requisitos para a obtenção da aposentadoria após esta data, incide a regra de transição prevista no art. 3º desse diploma, **não sendo possível a inclusão, no período básico de cálculo - PBC, de todas as contribuições vertidas ao sistema, mas apenas daquelas posteriores a julho de 1994.** (...) AgInt no REsp n. 1.666.195/RS, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 22/5/2018, DJe de 30/5/2018)

60. Até a decisão tomada pelo STJ no Tema 999, a jurisprudência dominante (o que não quer dizer absoluta) dos tribunais brasileiros preservava a posição do INSS em limitar o período básico de cálculo (PBC) a julho/1994, tendo havido um *overruling* no âmbito dos Tribunais Superiores em favor dos segurados. O fato foi reconhecido pelo r. acórdão embargado, dispensando outras demonstrações:

Ao analisar as leis supramencionadas, **tradicionalmente**, a jurisprudência do **Superior Tribunal de Justiça entendia não ser possível** aos que se filiaram ao RGPS antes da edição da Lei 9.876/1999 **optar** pela regra definitiva da Lei 8.213/1991 para apuração do salário-de-benefício, devendo ser aplicada a regra de transição prevista no diploma alterador. (trecho do voto do Min. ALEXANDRE DE MORAES, p. 59)



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

61. **O acórdão embargado e a ‘tese jurídica’ nele estabelecida, em última análise, consagraram o direito à revisão do benefício, à luz de critérios novos, distintos daqueles até então estabelecidos em lei e aceitos pela jurisprudência dominante, o que implica na revisão de milhões de processos administrativos e atos de concessão, hipótese prevista no art. 27 da Lei n. 9.868/1999, no art. 927, §3º, do CPC e nos arts. 21, 23 e 24 da LINDB.**

62. Nesse contexto, o INSS requer que seja expressamente reconhecido no julgamento dos embargos de declaração que a revisão de todos os benefícios concedidos e o pagamento de atrasados, estimado em bilhões de reais, configura um ônus excessivo e desproporcional com prejuízo aos interesses gerais, assim entendidos os demais segurados da Previdência Social, presentes e futuros.

63. Ademais, é necessário partir da premissa de que **não havia nenhum comando normativo indicando que o cálculo das aposentadorias desconsiderando os salários de contribuição anteriores a julho/1994 configuravam prática ilegal ou inadequada.** Por esse motivo, todos os pagamentos realizados pelo INSS até a consagração do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, estabelecendo o direito a essa nova fórmula de cálculo, devem ser tidos como “situações plenamente constituídas” e, por conseguinte, segundo o art. 23 da LINDB já referido, devem permanecer inalteradas à luz da nova orientação.

64. Da mesma forma, os benefícios previdenciários calculados, pagos e já cessados (i.e. extintos) não devem ser alcançados pelo novo entendimento, justamente porque são situações jurídicas plenamente constituídas, insuscetíveis de serem atingidas pela tese consagrada na repercussão geral.

65. **Tal situação resta ainda mais evidente nos casos de benefícios por incapacidade temporária,** concedidos e extintos à luz da legislação de regência, o que configura uma clara “situação plenamente constituída” e, por conseguinte, não mais passível de revisão à luz de um novo entendimento jurisprudencial.

66. Conforme NOTA TÉCNICA Nº 12/2022/DIRBEN-INSS, expedida em 04 de março de 2022, esclareceu o INSS que existem - sem considerar a decadência - 36.952.754 (trinta e seis milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e cinquenta e quatro) benefícios concedidos



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

e cessados, sendo a grande maioria deles benefício de auxílio-doença, que possui curta duração.

67. Em síntese, considerando que a manifestação do Supremo Tribunal Federal foi inovadora e contrária à orientação até então consolidada, somada à necessidade de proteção das condutas praticadas à luz do regime jurídico anterior, válido e vigente à época dos fatos, tais situações jurídicas devem ser reconhecidas e protegidas pela própria decisão que modifica a orientação. O instrumento jurídico apto a proporcionar tal proteção é a modulação, ora pleiteada.

c) Dos impactos da tese e da necessidade de modulação

68. São diversos os fatores que levam à necessidade de modulação dos efeitos da tese embargada.

69. Além do impacto nas contas públicas, há um **impacto administrativo expressivo**. Conforme relata o Voto do Min. Nunes Marques, *“o certo é que se estima em dezenas de milhões de pedidos administrativos de revisão, muitos dos quais não teriam embasamento, mas precisariam de resposta. Isso tem potencial de colapsar o atendimento do INSS”*.

70. Também o Centro Nacional de Inteligência do Conselho da Justiça Federal, na Nota Técnica n. 01/2023, alerta para *“o risco de colapso da autarquia previdenciária e do Poder Judiciário, sobretudo do Judiciário Federal”*, e conclui propondo o documento que seja dado ao caso tratamento sistêmico e estrutural à execução do julgado.

71. Outrossim, após 23 anos de vigência da Lei n. 9.876/1999, o STF alterou seu próprio entendimento sobre o tema, que remonta às ADIs 2.110 e 2.111. **O lapso temporal excessivo para a reforma da posição administrativa do INSS terá grande impacto no orçamento da Seguridade Social nos próximos anos**. Será necessário, por exemplo, desenvolver sistemas informatizados para extrações de dados referentes às contribuições e para simulações e elaboração de cálculos no novo formato, dentre tantas outras modificações que precisarão ser empreendidas na estrutura administrativa, em termos de fluxo, normas etc. Somente essa necessidade, sem computar as necessidades orçamentárias, já seria uma grande barreira para a implementação do cumprimento



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

em curto ou médio prazo.

72. Decorre de tudo quanto se expôs a **necessidade de que, no caso dos autos, a modulação de efeitos coloque os casos com trânsito em julgado até 13/04/2023 fora do alcance do novo entendimento**. Será igualmente importante definir expressamente também, com base na Súmula 343/STF e Tema 136/STF e considerando o entendimento anterior firmado nas MC-ADI 2.110 e MC-ADI 2.111, o **não cabimento de ação rescisória** contra as sentenças que tenham transitado em julgado com decisões contrárias à tese firmada no Tema 1.102.

73. De igual forma, as rendas mensais quitadas com base no entendimento anterior, em especial os casos de benefícios concedidos e cessados, por configurarem **atos jurídicos perfectibilizados** sob o entendimento anterior, não devem gerar direito a diferenças. Em outras palavras, o que o INSS pede é que o Tema 1.102 tenha **efeitos prospectivos** em relação às parcelas devidas, garantido, contudo, o direito de requerer revisão da renda mensal, sem pagamento de atrasados, desde que respeitada a decadência.

74. Cabe citar os julgados abaixo, que se valem da modulação para preservação da segurança jurídica e da confiança legítima:

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA TRIBUTÁRIAS. MATÉRIAS RESERVADAS A LEI COMPLEMENTAR. DISCIPLINA NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. NATUREZA TRIBUTÁRIA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL. INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTS. 45 E 46 DA LEI 8.212/91 E DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 5º DO DECRETO-LEI 1.569/77. RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO PROVIDO. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

(...) V. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO. SEGURANÇA JURÍDICA. **São legítimos os recolhimentos** efetuados nos prazos previstos nos arts. 45 e 46 da Lei 8.212/91 e **não impugnados antes da data de conclusão deste julgamento**. (RE 560626, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 12/06/2008)



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

Recurso extraordinário. Direito do Trabalho. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Cobrança de valores não pagos. Prazo prescricional. Prescrição quinquenal. Art. 7º, XXIX, da Constituição. Superação de entendimento anterior sobre prescrição trintenária. Inconstitucionalidade dos arts. 23, § 5º, da Lei 8.036/1990 e 55 do Regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto 99.684/1990. Segurança jurídica. Necessidade de modulação dos efeitos da decisão. Art. 27 da Lei 9.868/1999. Declaração de inconstitucionalidade com efeitos ex nunc. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (RE 522897/RN, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 16/03/2017)

75. Em conclusão, para preservação da segurança jurídica e em razão do impacto da nova tese de repercussão geral sobre as contas públicas, bem como levando em conta os limites da capacidade administrativa do INSS, **é necessário modular os efeitos de forma que o Tema 1.102 tenha eficácia prospectiva, com efeitos a partir de 13/04/2023, excluindo-se expressamente: a) a possibilidade de revisão de benefícios previdenciários já extintos; b) a possibilidade de rescisão das decisões transitadas em julgado que, à luz da jurisprudência dominante, negaram o direito à revisão; e a c) a impossibilidade de revisão e pagamento de parcelas do benefícios quitadas à luz e ao tempo do entendimento então vigente, vedando-se por consequência o pagamento de atrasados.**

VII. Requerimentos

Diante de todo o exposto, o INSS requer preliminarmente:

1. a suspensão dos processos que tramitam em qualquer vara ou grau de jurisdição que tenham como objeto a tese firmada no acórdão ora embargado, até a decisão definitiva dos presentes embargos de declaração;

2. a anulação do acórdão recorrido, do Colendo Superior Tribunal de Justiça, por inobservância do art. 97 da Constituição, com determinação do retorno dos autos àquele Tribunal para novo julgamento.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

Caso não acolhida a nulidade acima, requer sejam supridas as omissões apontadas para:

3. deixar claro que as revisões com base na tese adotada no Tema 1.102 estão sujeitas aos prazos de prescrição e decadência estabelecidos pela Lei n. 8.213/1991;

4. excluir do alcance da tese aprovada os salários-de-benefícios das aposentadorias voluntárias, na situação em que a média atualizada dos salários-de-contribuição com a “vida toda” seja inferior à média atualizada dos salários-de-contribuição com o período básico de cálculo fixado a partir de julho/1994 e, nos casos em que atendido o critério, preservar o divisor mínimo correspondente a 60% do número de competências verificado entre a data do primeiro recolhimento de contribuição do segurado e a data de início do benefício;

5. Modular os efeitos do acórdão embargado, de forma que ele se aplique apenas para o futuro, excluindo-se expressamente a possibilidade de:

- a) revisão de benefícios previdenciários já extintos;
- b) rescisão das decisões transitadas em julgado que, à luz da jurisprudência dominante, negaram o direito à revisão; e
- c) revisão e pagamento de parcelas de benefícios quitadas à luz e ao tempo do entendimento então vigente, vedando-se por consequência o pagamento de diferenças anteriores a 13.04.2023 (data de publicação do acórdão do Tema 1.102/STF).

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 5 de maio de 2023.

Adriana Maia Venturini

Procuradora-Geral Federal

Larissa Suassuna Carvalho Barros

Subprocuradora Federal de Contencioso

Lael Rodrigues Viana

Diretor da Procuradoria Nacional Federal de Contencioso Previdenciário



Documento assinado digitalmente
LAEL RODRIGUES VIANA
Data: 05/05/2023 21:38:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>